



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
DIVISÃO DE AUDITORIA

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2016 **TJ/PA**

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Unidade Gestora – 040102 – Fundo de Reaparelhamento Judiciário

O presente relatório tem por finalidade emitir parecer sobre as atividades financeira, orçamentária e patrimonial, desenvolvidas no **Exercício de 2016**, e consolidadas no processo de Prestação de Contas 2016 do TJ/PA, em atendimento ao § 2º do Art. 46 da Lei Complementar Nº 081, de 26 de abril de 2012 (LOTCEPA), c/c o inciso II do Art. 160 do Ato Nº 63, de 17 de dezembro de 2012 (RITCEPA), demonstrando os fatos mais relevantes da Gestão dos Recursos Públicos Estaduais da Unidade Gestora: 040102 – Tribunal de Justiça do Pará - RFJ - Exercício de 2016.

Ressalta-se que além de analisarmos o processo físico, encaminhado pela Secretaria de Planejamento, são utilizados como instrumentos auxiliares para ratificar os dados constantes do aludido processo, as informações obtidas diretamente no Sistema SIAFEM e da ferramenta *Business Objects* (sistema adotado pelo Governo do Estado do Pará, que tem por finalidade extrair dados da execução orçamentária, financeira e patrimonial do SIAFEM).

A seguir, apresentamos análise da execução orçamentária, financeira e patrimonial do exercício 2016:

1.GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

1.1 DOS RECURSOS PREVISTOS E ARRECADADOS

A previsão de recursos a receber do Tesouro Estadual foi na ordem de **R\$-993.583.217,00** (novecentos noventa e três milhões, quinhentos oitenta e três mil, duzentos e dezessete reais), sem o computo dos recursos previdenciários, estimando-se em um ingresso mensal de **R\$ 82.798.601,42** (oitenta e dois milhões setecentos noventa e oito mil, seiscentos e um reais e quarenta e dois centavos), conforme quadro abaixo:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
DIVISÃO DE AUDITORIA

Quadro I - Previsão de Receita para 2016 – Geral do TJPA

PREVISÃO DE 2016		
FONTE	INICIAL	%
101 – RECURSOS ORDINÁRIOS	831.163.497,00	83,65
106- REC.PROV. DE TRANSF. - CONVÊNIOS	800.000,00	0,08
112- RECEITA PATRIMONIAL	30.971.073,00	3,12
118- REC. PRÓPRIA DO FRJ	130.648.647,00	13,15
TOTAL	993.583.217,00	100,00
MÉDIA MENSAL		82.798.601,42
Fonte: LOA 2016 – OB		

A UG 040102 – FRJ, após a operação orçamentária de “Movimentações de Créditos” transferidos da “UG 040101 Recurso do Tesouro” no total de **R\$-140.393.289,00** (cento e quarenta milhões, trezentos e noventa e três mil, duzentos e oitenta e nove reais), valor este resultante da soma da “Previsão da Receita da Fonte 118” no importe de **R\$-130.648.647,00** (cento e trinta milhões, seiscentos e quarenta e oito mil, seiscentos e quarenta e sete reais) e o montante destinado à cobertura da contribuição do plano de saúde dos servidores ativos, no valor de **R\$-9.744.642,00** (nove milhões, setecentos e quarenta e quatro mil, seiscentos e quarenta e dois reais) transferido da “Previsão da Receita da Fonte 112 – Receita Patrimonial” orçada na Unidade Gestora – 040101 – “Recurso do Tesouro”, ficou com a Previsão Inicial da seguinte forma:

Quadro II - Previsão de Receita para 2016 – UG 040102

Conta	Nome Conta Receita	Previsão
411220800	EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS	52.810.030,00
411221300	TAXA JUDICIAL	0
411222900	EMOLUM. E CUSTAS EXTRAJUDICIAIS	34.945.159,00
413110100	ALUGUEL	16.000,00
413250111	REMUN.DEP.REC.VINC.OUT. PODERES	45.760.114,00
413250112	REMUNERAÇÃO DEP.-REC.VINCULADOS-FRJ	0
416001104	CERTIFICACAO DE PROD. E SERVICOS	5.581.288,00
416001399	OUTROS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	82.000,00
416001601	SERVICOS EDUCACIONAIS	82.000,00
419909995	RECEITA DE SALDO DE EXERC. ANTERIORES	0
419909999	OUTRAS RECEITAS DIVERSAS.	975.711,00
Soma:		140.252.302,00
MÉDIA MENSAL		8.918.641,74
Fonte: Business Objects 2016 e SIAFEM 2016		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
DIVISÃO DE AUDITORIA

Mantendo o equilíbrio orçamentário, a “Dotação Inicial da Despesa” foi fixada no mesmo patamar. Após sofrer várias alterações a “Dotação Atualizada” do exercício ficou na ordem de **R\$-172.388.703,61** (cento setenta e dois milhões, trezentos oitenta e oito mil, setecentos e três reais e sessenta e um centavos) e a Despesa Empenhada de **R\$-150.004.079,00** (cento e cinquenta milhões, quatro mil, setenta e nove reais), correspondendo a uma economia na realização da despesa no montante de **R\$-22.384.624,61** (vinte e dois milhões, trezentos oitenta e quatro mil, seiscentos vinte e quatro reais e sessenta e um centavos), conforme quadro abaixo:

Quadro III - Balanço Orçamentário

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS
Recursos Arrec. em Exerc.Ant(III)	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS(IV)=(I+II+III)	-	-
OPERAÇÕES CRÉDITO/REFINANCIAMENTO(V)	-	-
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMEN(VI)=(IV+V)	-	-
DÉFICIT (VII)	-	150.004.079,00
TOTAL (VIII)=(VI+VII)	-	150.004.079,00
SALDOS EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS P/ CRÉDITOS ADICIONAIS)		
Superávit Financeiro		
Reabertura de Créditos Adicionais		
SUPERAVIT FINANCEIRO	84.694.975,30	-

Fonte: Business Objects 2016 e SIAFEM 2016

O valor deficitário de **R\$-150.004.079,00** (cento cinquenta milhões, quatro mil, trezentos setenta e nove reais) evidenciado no Balanço Orçamentário deve-se ao fato do Fundo não ser considerado agente arrecadador e depender de repasse de Recurso do Tesouro, apesar de ter receita própria.

Os recursos totais ingressados no TJPA em 2016, incluídos os recursos previdenciários, atingiram o montante de **R\$-1.145.443.176,56** (um bilhão, cento quarenta e cinco milhões quatrocentos e quarenta e três mil, cento e setenta e seis reais e cinquenta e seis centavos), conforme quadro abaixo:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
DIVISÃO DE AUDITORIA

Quadro IV -ARRECADAÇÃO GERAL DE RECURSOS – TJ/PA EM 2016

CODIGO	2012	2013	Δ	2014	Δ2	2015	Δ3	2016	Δ4
101000000	596.538.971,02	658.382.790,60	1,1	741.786.693,47	1,13	811.847.998,02	1,09	890.686.806,38	1,10
101002512	38.795.053,85	28.936.167,48	0,75	42.165.928,96	1,46	64.286.719,15	1,52	63.536.474,69	0,99
106000000	166.311,98	296.944,20		212.838,02	0,72	789.863,14	3,71	151.469,36	0,19
112000000	10.502.559,52	14.029.752,47	1,34	19.236.080,05	1,37	23.821.824,23	1,24	25.974.983,04	1,09
116000000	-	-	0	-	0	-	0	2.028,45	1,00
118000000	58.948.215,75	67.723.579,84	-	104.035.223,95	1	107.023.700,88	1,03	121.410.262,66	1,13
254002992	1.345.972,71	7.769.055,38	5,77	2.335.144,65	0,3	3.231.272,54	1,38	414.073,61	0,13
258002992	22.828.344,74	23.156.330,13	1,01	38.395.214,96	1,66	44.181.238,37	1	40.027.386,96	0,91
258002993								1.061.472,37	1,00
301000000	-	-	-	131.435,70	-	-	1	-	0,00
318000000	3.570,50	-	-	300.641,41	-	150.000,55	1	-	0,00
654002992	120.555,17	114.802,39	0,95	-	-	-	-	-	0,00
654002993								52.267,53	1,00
658002992	-	-	-	2.622.912,70	1	-	-	2.125.951,51	1,00
TOTAL	729.249.555,24	800.409.422,49	1,1	951.222.113,87	1,19	1.055.332.616,88	1,11	1.145.443.176,56	1,09

Fonte:
Business
Objects
2016 e
SIAFEM
2016



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
DIVISÃO DE AUDITORIA

Do total dos recursos ingressados no TJPA coube a esta UG040102- FRJ, o valor de **R\$-154.066.497,03** (cento cinquenta e quatro milhões, sessenta e seis mil quatrocentos noventa e sete reais e três centavos), superando a Previsão Inicial em 1,10%. Nos quadros a seguir demonstramos o detalhamento da arrecadação da UG:

Quadro V – Recursos do FRJ

RECURSOS RECEBIDOS NO PERÍODO – FRJ (UG 040102)			
DESCRIÇÃO	CÓDIGO	VALOR	%
RECURSOS ORDINÁRIOS	101000000	18.165.704,53	11,825
RECEITA PATRIMONIAL - OUTROS PODERES	112000000	14.488.501,39	9,431
RECEITA PATRIMONIAL - OUTROS PODERES	116000000	2.028,45	0,001
REC.FUNDO DE REAPARELHAMENTO JUDICIÁRIO	118000000	121.410.262,66	78,743
RECURSOS DO FRJ		154.066.497,03	100,00
MÉDIA MENSAL			12.801.981,00

Fonte: Business Objects 2016 e SIAFEM 2016

No somatório dos recursos ingressados na UG em análise, no valor de **R\$-154.066.497,03** (cento e cinquenta e quatro milhões, sessenta e seis mil, quatrocentos e noventa e sete reais e três centavos), estão incluídos os SPRED gerados pela “Conta de Deposito Judiciais”- Lei Complementar 151/2015 e Portaria 5073/2015_GP/TJPA – “Fonte 101”; os recursos gerados por Rendimento de Aplicações Financeira “Fonte 112 - Receita Patrimonial”; “Transferências de Convênios Fonte 106”; e por fim as Receitas Própria do Fundo “Fonte 118- FRJ “, incluindo o valor **R\$-442.725,00** (quatrocentos e quarenta dois mil setecentos e vinte e cinco reais), referente a ganho pela alienação de veículo.

Quadro VI – Dados retirados do Balanço Financeiro 2016

INGRESSOS		
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		154.066.497,03
TRANSF.RECEBIDAS P/EXEC.ORCAMENTARIA		154.066.497,03
REPASSE RECEBIDO	18.287.574,38	
RECURSOS ARRECADADOS-RECEBIDOS	135.778.922,65	
RECEBIMENTOS EXTRAORCAMENTARIOS		419.911.640,88
CONSIGNACOES	8.621.388,31	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
DIVISÃO DE AUDITORIA

DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	399.287.150,04		
RESTOS A PAGAR DO EXERCICIO-INSCRICAO	11.257.093,91		
GANHOS C/ DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	746.008,62		
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (IV)			254.517.370,21
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	89.081.591,24		
DEPOSITOS RESTITUIVEIS E VAL.VINCULADOS	165.435.778,97		
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)			828.495.508,12

Fonte: Business Objects 2016 e SIAFEM 2016

1.2 DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS:

A despesa do exercício totalizou **R\$-150.004.079,00** (cento e cinquenta milhões quatro mil setenta e nove reais), que somada as Transferências Concedidas a UG 040101 no valor de **R\$-303.923,31** (trezentos e três mil novecentos vinte três reais e trinta e um centavos), referente a despesa com Convênio, totalizaram **R\$-150.308.002,31** (cento e cinquenta milhões trezentos e oito mil dois reais e trinta e um centavos), conforme abaixo discriminado:

Quadro VII - Dados extraídos do Balanço Financeiro 2016

DISPENSÍOS	R\$	R\$	R\$
DESPEZA ORCAMENTARIA(VI)			150.004.079,00
ORDINARIA		16.527.266,04	
RECURSOS ORDINARIOS DO TESOUREO ESTADUAL	16.527.266,04		
VINCULADA		133.476.812,96	
RECURSOS DESTINADOS A FUNDOS DOS PODERES	122.109.257,47		
OUTRAS DESTINACOES DE RECURSOS	11.367.555,49		
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VII)			303.923,31
TRANSF.CONCEDIDAS P/EXECUCAO ORCAMENTARIA		303.923,31	
SUB-REPASSE CONCEDIDO	303.923,31		
PAGAMENTOS EXTRAORCAMENTARIOS (VIII)			450.049.927,66
CONSIGNACOES	8.551.640,68		
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	437.801.865,61		
RESTOS A PAGAR DE EXEC.ANTERIOR - BAIXA	3.696.341,45		
PERDAS COM A INCORPORACAO DE PASSIVOS	79,92		
SALDO PARA O EXERCICIO SEGUINTE (IX)			228.137.578,15
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	101.317.732,36		
DEPOSITOS RESTITUIVEIS E VAL.VINCULADOS	126.819.845,79		
TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)			828.495.508,12

Fonte: Business Objects 2016 e SIAFEM 2016



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
DIVISÃO DE AUDITORIA

Comparando-se o total de ingressos evidenciado no **Quadro VI** no valor de **R\$-154.066.497,03** (cento e cinquenta e quatro milhões sessenta e seis mil quatrocentos noventa e sete reais e três centavos) e os dispêndios do **Quadro VII** no total de **R\$-150.308.002,31** (cento e cinquenta milhões trezentos e oito mil dois reais e trinta e três centavos) observa-se um “Superávit Orçamentário” da ordem de **R\$-3.758.494,72** (três milhões setecentos cinquenta e oito mil quatrocentos noventa e quatro reais e setenta e dois centavos).

A seguir, apresenta-se o quadro demonstrativo com a movimentação do Orçamento Anual da UG:

Quadro VIII - Demonstrativo Orçamentário

DESCRIÇÃO	TOTAL	101	112	118	318
DOTAÇÃO INICIAL	0	0	0	0	0
SUPLEMENTAÇÃO	0	0	0	0	0
CANCELAMENTO DE DOTAÇÃO	0	0	0	0	0
DOTAÇÃO ATUALIZADA	0	0	0	0	0
MOVIMENTAÇÃO CRÉDITO P/UG 04102	172.388.703,61	18.000.000,00	13.920.642,00	130.348.061,61	10.120.000,00
AUTOR FINAL	172.388.703,61	18.000.000,00	13.920.642,00	130.348.061,61	10.120.000,00
EMPENHADA	150.004.079,00	16.527.266,04	11.367.555,49	112.234.678,55	9.874.578,92
DISPONÍVEL	22.384.624,61	1.472.733,96	2.553.086,51	18.113.383,06	245.421,08
LIQUIDADADA	150.004.079,00	16.527.266,04	11.367.555,49	112.234.678,55	9.874.578,92
A LIQUIDAR	-	-	-	-	-

Fonte: Business Objects 2016 e SIAFEM 2016

Analisando o **Quadro III – Balanço Orçamentário** observa-se que não foi utilizado o superávit financeiro desta UG 040102 para “Abertura de Crédito Adicionais”, no entanto verifica-se no quadro acima “Movimentação de Crédito” de valores de superávit da “Fonte 318 –Fundo de Reaparelhamento Judiciário-FRJ”, o que caracteriza uma inexatidão, visto que a Abertura de Crédito Adicional foi realizada na outra Unidade Orçamentária de a n.º 040101, cujo o valor do superávit não apresentava a “Fonte 318”, como destacado no Relatório de Prestação de Contas daquela UG.

Tal questão deve-se ao fato de que o Órgão possui duas UG, sendo que o orçamento é elaborado em um única Unidade Orçamentária (UG 040101), o que acarreta a inexatidão.

Esta observação fica bem evidenciada no **Quadro XIII- “Disponibilidade de Caixa de 2015”**.



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
DIVISÃO DE AUDITORIA**

A seguir, apresenta-se quadro com despesa da UG 040102 detalhada por Elemento de Despesa:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
DIVISÃO DE AUDITORIA

Quadro IX - Demonstrativo da Despesa por Elemento.

Nome Elem. Despesa	Dotação Real	Dotação Atualizada	Empenhado	Dotação Disponível	Despesa Realizada	Pago	A pagar
AQUISICAO DE IMOVEIS	9.150.000,00	9.150.000,00	5.500.000,00	3.650.000,00	5.500.000,00	5.500.000,00	0,00
AUXILIO-TRANSPORTE	3.785.000,00	3.785.000,00	3.479.430,72	305.569,28	3.479.430,72	3.479.430,72	0,00
CONTRIBUICOES	12.000,00	12.000,00	12.000,00	0	12.000,00	12.000,00	0,00
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.887.991,53	1.887.991,53	1.880.833,87	7.157,66	1.880.833,87	1.880.833,87	0,00
DIARIAS - CIVIL	2.744.657,65	2.744.657,65	2.498.795,01	245.862,64	2.498.795,01	2.498.795,01	0,00
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	18.301.715,99	18.301.715,99	16.292.082,44	2.009.633,55	16.292.082,44	8.004.753,10	8.287.329,34
INDENIZACOES E RESTITUICOES	1.775.312,16	1.775.312,16	1.717.927,08	57.385,08	1.717.927,08	1.717.927,08	0,00
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	37.884.846,42	37.884.846,42	34.743.741,90	3.141.104,52	34.743.741,90	34.743.741,90	0,00
MATERIAL, BEM OU SERVICO P/DISTRIB. GRATUITA	6.900,00	6.900,00	0	6.900,00	0	0	0,00
MATERIAL DE CONSUMO	9.064.720,74	9.064.720,74	7.329.026,58	1.735.694,16	7.329.026,58	7.063.835,90	265.190,68
OBRAS E INSTALACOES	7.473.291,10	7.473.291,10	7.348.054,73	125.236,37	7.348.054,73	7.077.812,14	270.242,59
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	2.793.900,35	2.793.900,35	2.405.781,62	388.118,73	2.405.781,62	2.345.781,62	60.000,00
OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOAS FISICAS	1.402,60	1.402,60	0	1.402,60	0	0	0,00
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	1.520.611,12	1.520.611,12	1.436.541,09	84.070,03	1.436.541,09	1.434.004,19	2.536,90
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	75.032.444,01	75.032.444,01	64.450.910,78	10.581.533,23	64.450.910,78	62.122.566,34	2.328.344,44
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	875.683,38	875.683,38	830.726,62	44.956,76	830.726,62	830.726,62	0,00
PREMIA.CULTUR.ARTIST.CIENTIF.DESPORT.E OUTRAS	78.226,56	78.226,56	78.226,56	0	78.226,56	34.776,60	43.449,96
SERVICOS DE CONSULTORIA	0	0	0	0	0	0	0,00
Soma:	172.388.703,61	172.388.703,61	150.004.079,00	22.384.624,61	150.004.079,00	138.746.985,09	11.257.093,91

Fonte: Business Objects/2016 e SIAFEM/2016



2.GESTÃO FINANCEIRA

2.1 BALANÇO FINANCEIRO

A análise deste demonstrativo possibilita a apuração do resultado financeiro do ente público.

No Balanço Financeiro da UG 040102, no exercício de 2016, verifica-se um impacto negativo sobre o saldo em espécie na ordem de **R\$-26.379.792,06** (vinte e seis milhões, trezentos e setenta e nove mil, setecentos e noventa e dois reais e seis centavos), visto que o “Saldo do Exercício Anterior” era de **R\$-254.517.370,21** (duzentos e cinquenta e quatro milhões, quinhentos e dezessete mil, trezentos e setenta reais e vinte e um centavos), e o “Saldo p/ o Próximo Exercício” é de **R\$-228.137.578,15** (duzentos e vinte e oito milhões, cento e trinta e sete mil, quinhentos e setenta e oito reais e quinze centavos).

Este impacto negativo decorre do registro dos depósitos judiciais classificados na conta “Depósitos Restituíveis e Val.Vinculados”, montante este que faz parte do “Sistema de Depósitos Judiciais-SDJ” do TJPA, entretanto o valor total não pertence ao Fundo de Reparelhamento do TJPA, somente os SPRED (diferença do CDI para poupança) pertencem ao FRJ.

Da análise somente dos recursos pertencentes ao referido Fundo – “Caixa e Equivalente de Caixa”, que em 2015 era na ordem de **R\$-89.081.591,24** (oitenta e nove milhões oitenta e um mil quinhentos noventa e um reais e vinte e quatro centavos) e em 2016 atingiu o montante de **R\$-101.317.732,36** (cento e um milhões trezentos e dezessete mil setecentos e trinta e dois reais e trinta e seis centavos), este impacto torna-se positivo na ordem de **R\$-12.236.141,12** (doze milhões duzentos e trinta e seis mil cento e quarenta e um reais e doze centavos), como pode ser observado no quadro a seguir:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
DIVISÃO DE AUDITORIA

Quadro X – Balanço Financeiro

INGRESSOS	R\$	R\$	R\$	DISPENDIOS	R\$	R\$	R\$
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS			154.066.497,03	DESPESA ORCAMENTARIA(VI)			150.004.079,00
TRANSF.RECEBIDAS P/EXEC.ORCAMENTARIA		154.066.497,03		ORDINARIA		16.527.266,04	
REPASSE RECEBIDO	18.287.574,38			RECURSOS ORDINARIOS DO TESOUREO ESTADUAL VINCULADA	16.527.266,04		
RECURSOS ARRECADADOS-RECEBIDOS	135.778.922,65			RECURSOS DESTINADOS A FUNDOS DOS PODERES	122.109.257,47	133.476.812,96	
RECEBIMENTOS EXTRAORCAMENTARIOS			419.911.640,88	OUTRAS DESTINACOES DE RECURSOS	11.367.555,49		
CONSIGNACOES	8.621.388,31			TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS			303.923,31
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	399.287.150,04			TRANSF.CONCEDIDAS P/EXEC.ORCAMENTARIA		303.923,31	
RESTOS A PAGAR DO EXERCICIO-INSCRICAO	11.257.093,91			SUB-REPASSE CONCEDIDO	303.923,31		
GANHOS C/ DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	746.008,62			PAGAMENTOS EXTRAORCAMENTARIOS CONSIGNACOES	8.551.640,68		450.049.927,66
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (IV)			254.517.370,21	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	437.801.865,61		
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	89.081.591,24			RESTOS A PAGAR DE EXEC.ANTERIOR - BAIXA	3.696.341,45		
DEPOSITOS RESTITUIVEIS E VAL.VINCULADOS	165.435.778,97			PERDAS COM A INCORPORACAO DE PASSIVOS	79,92		
				SALDO PARA O EXERCICIO SEGUINTE			228.137.578,15
				CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	101.317.732,36		
				DEPOSITOS RESTITUIVEIS E VAL.VINCULADOS	126.819.845,79		
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)			828.495.508,12	TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)			828.495.508,12

Fonte: Business Objects/2016 e SIAFEM/2016



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
DIVISÃO DE AUDITORIA**

No que se refere ao “Restos a Pagar”, inscrito no exercício 2016 foi de **R\$-11.257.093,91** (onze milhões duzentos e cinquenta e sete mil noventa e três reais e noventa e um centavos), representando **7,50%** do total da despesa realizada no exercício em questão.

3.GESTÃO PATRIMONIAL

3.1 VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

O “Demonstrativo das Variações Patrimoniais” é resultado da relação entre o total das “Variações Patrimoniais Aumentativa-VPA” e o total das “Variações Patrimoniais Diminutiva-VPD”, que neste exercício evidenciou um superávit na ordem de **R\$-34.231.591,88** (trinta e quatro milhões duzentos trinta e um mil quinhentos noventa e um reais e oitenta e oito centavos), conforme quadro abaixo:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
DIVISÃO DE AUDITORIA

Quadro XI – Variação Patrimoniais

VARIACOES PATRIMONIAIS		VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS				3.479.430,72
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	154.066.497,03		BENEFICIOS A PESSOAL	3.479.430,72
TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS		154.066.497,03		113.780.921,94
VALORLE GANHOS C/ATIVOS E DESINCRP.PASSIVOS	1.956.481,26		USO DE MATERIAL DE CONSUMO	9.893.889,60
GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVOS	1.210.472,64		SERVICOS	103.887.032,34
DESINCRPORACAO DE PASSIVOS		746.008,62		117.713,42
TOTAL DAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS(I)	156.022.978,29		JUROS E ENCARGOS DE MORA	117.713,42
			TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	315.923,31
			TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	303.923,31
			TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES PRIVADAS	12.000,00
			DESVAL.E PERDA DE ATIVOS E INCRP.PASSIVOS	79,92
			INCRPORACAO DE PASSIVOS	79,92
			TRIBUTARIAS	2.292.914,62
			IMPOSTOS,TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	280.306,90
			CONTRIBUICOES	2.012.607,72
			OUTRAS VARIACOES PATRIM.DIMINUTIVAS	1.804.402,48
			PREMIACOES	78.226,56
			DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	1.726.175,92
			TOTAL DAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS(II)	121.791.386,41
			RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO(III)=(I-II)	34.231.591,88

Fonte: Business Objects/2016 e SIAFEM/2016



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
DIVISÃO DE AUDITORIA**

3.1 BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial é o demonstrativo contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação.

No exercício em análise, a situação patrimonial da UG foi superavitária, mantendo uma situação patrimonial confortável, tanto quanto aos índices de liquidez, de solvência e de endividamento, como segue:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
DIVISÃO DE AUDITORIA

Quadro XII - Balanço Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL							
2016							
ATIVO				PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO			
ATIVO CIRCULANTE				PASSIVO CIRCULANTE			
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA			101.317.732,36	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO			11.197.093,91
CAIXA E EQUIV.DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	101.317.732,36			FORNEC.E CONTAS A PAGAR NACIONAL A C.PRAZO	11.197.093,91		
DEMAIS CREDITOS E VALORES A CURTO PRAZO			129.928.511,25	OBRIGACOES FISCAIS A CURTO PRAZO			60.000,00
ADIANTAM.CONCEDIDOS A PESSOAL E A TERCEIROS	1.928.612,52			OBRIGACOES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIAO	60.000,00		
CREDITOS POR DANOS AO PATRIMONIO	1.180.052,94			DEMAIS OBRIGACOES A CURTO PRAZO		127.681.085,52	
DEPOSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS	126.819.845,79			VALORES RESTITUIVEIS	127.681.085,52		
ESTOQUES		3.783.364,38		TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		138.938.179,43	
ALMOXARIFADO	3.783.364,38			TOTAL DO PASSIVO			138.938.179,43
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE			235.029.607,99	PATRIMONIO LIQUIDO			
ATIVO NAO CIRCULANTE				RESULTADOS ACUMULADOS			
IMOBILIZADO			175.635.094,36	SUPERAVITS OU DEFICITS ACUMULADOS			237.494.931,04
BENS MOVEIS	117.519.767,75			APURACAO DE RESULTADO PROVISORIO DO EXERCICIO	34.231.591,88		
BENS IMOVEIS	58.115.326,61			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			271.726.522,92
TOTAL DO ATIVO NAO CIRCULANTE			175.635.094,36				
TOTAL DO ATIVO			410.664.702,35	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			410.664.702,35

Fonte: Business Objects/2016 e SIAFEM/2016



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
DIVISÃO DE AUDITORIA

O resultado positivo do exercício reflete a situação confortável da UG, aumentado seu “Disponível de Caixa”, que em 2015 era de **R\$-84.694.975,30** (oitenta e quatro milhões, seiscentos e noventa e quatro mil, novecentos e setenta e cinco reais e trinta centavos) e em 2016 alcanço o montante de **R\$-89.199.398,72** (oitenta e nove milhões cento e noventa e nove mil trezentos noventa e oito reais e setenta e dois centavos).

A seguir, os demonstrativos com o detalhamento da “Disponibilidade de Caixa” de 2015 e de 2016:

Quadro XIII – Disponibilidade de Caixa de 2015

DISPONIBILIDADE P/DESTINACAO DE RECURSOS		
01 0112000000	RECEITA PATRIMONIAL - OUTROS PO	486.350,70
02 0118000000	REC.PROP.DO FUNDO DE REAPARELHAMENTO JUDICIÁRIO	2.174.267,63
03 0301000000	RECURSOS ORDINARIOS	32.213.957,77
04 0312000000	RECEITA PATRIMONIAL - OUTROS PO	32.337.672,05
06 0318000000	REC.PROP.DO FUNDO DE REAPARELHAMENTO JUDICIÁRIO	17.482.727,15
TOTAL:		84.694.975,30

Fonte: Business Objects/2015 e SIAFEM/2015

Quadro XIV – Disponibilidade de Caixa de 2016

DISPONIBILIDADE P/DESTINACAO DE RECURSOS		
FONTE DE RECURSOS		
01 0101000000	-RECURSOS ORDINARIOS DO TESOURO ESTADUAL	1.638.438,49
01 0301000000	-RECURSOS ORDINARIOS DO TESOURO ESTADUAL (SUPERÁVIT)	32.213.957,77
16 0116000000	-RECURSOS DESTINADOS A FUNDOS DA ADM.DIRETA	2.028,45
18 0118000000	- FUNDO DE REAPARELHAMENTO JUDICIÁRIO	9.143.234,74
18 0318000000	- FUNDO DE REAPARELHAMENTO JUDICIÁRIO (SUPERÁVIT)	10.137.447,06
50 0112000000	-RECEITA PATRIMONIAL – OUTROS PODERES	3.240.269,46
50 0312000000	-RECEITA PATRIMONIAL – OUTROS PODERES (SUPERÁVIT)	32.824.022,75
Total das Fontes de Recursos		89.199.398,72

Fonte: Business Objects/2016 e SIAFEM/2016

ÊNFASE

Nota Explicativa:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
DIVISÃO DE AUDITORIA

- 1) Analisando o detalhamento das fontes de recursos dos valores acima demonstrados observou-se inconsistência, como os recursos lançados na fonte “Recursos Destinado a Fundo da Adm. Direta”, o qual não faz parte do orçamento do Tribunal.

O Departamento Financeiro-SEPLAN/TJPA esclareceu tratar-se de valores realmente pertencente ao Tribunal, no entanto a inexactidão no **registro impossibilita a utilização de tal recurso, pois trata-se de fonte de recursos alheia a seu orçamento.**

O Departamento Financeiro informou que está adotando providências no sentido de corrigir inexactidão no presente exercício.

- 2) Ainda com relação a lançamento contábeis observou-se registro de despesa **incompatível** com a finalidade do TJ/PA, como o valor lançado na conta “Despesa 332311800 - Condomínio”, quando se trata de ressarcimento das despesa geradas pelo uso de espaço no aeroporto de Belém (água, esgoto, energia, telecomunicações, gás, limpeza, manutenção de equipamento, coleta e incineração de lixo, seguros contratados contra incêndio e outros correlatos) e também o lançamento na conta “Despesa 332312100 – Direitos Autorais”, quando se trata de assinatura de periódicos da IOB, o que caracteriza falha no lançamento.

3.2 DA ELABORAÇÃO DE INVENTÁRIO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS:

O controle dos bens patrimoniais do TJPA é administrado através de sistema informatizado THRMA-ERP.

Em 2008 foi constituída, por meio da Portaria nº 1274/2008-GP, uma comissão responsável pelo levantamento de todos os bens móveis e imóveis do Tribunal, denominada *Comissão Técnica Permanente de Patrimônios*.

Cumprindo os preceitos legais, foi juntado à Prestação de Contas, CD enviado pelo Departamento de Patrimônio, contendo os Inventários Bens Móvel, Imóvel, Relação dos Bens Adquiridos (móveis) e dos Baixados (móveis) no exercício.

Os procedimentos para a elaboração e divulgação das demonstrações contábeis a serem observados pelos órgãos públicos são estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCT.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
DIVISÃO DE AUDITORIA

Por meio da Resolução CFC nº 1.137/2008 foi aprovada a NBC T 16.10 – Avaliação e Mensuração de Ativo e Passivo em Entidade do Setor Público, que estabelece os critérios e procedimentos para a avaliação e a mensuração de ativos e passivos integrantes do patrimônio de entidades do setor público.

De acordo com a referida Comissão Técnica, os bens imóveis são avaliados quando do registro no Sistema THEMA, por um membro da comissão, com formação em engenharia.

ÊNFASE.

Nota Explicativa:

1) Analisando os dados constantes no referido CD observa-se que o levantamento feito pela comissão técnica não obedeceu aos critérios da NBC T 16.10, uma vez que foram elaborados considerando o valor de custos dos bens móveis.

De outro lado, em relação aos imóveis observou-se algumas inconsistências, quais sejam: 1. ausência de registro de alguns imóveis e 2. imóveis com avaliação defasada.

A Comissão Técnica esclareceu o seguinte: a) No sistema THEMA só estão registrados os bens imóveis legalizados; b) Os bens adquiridos, reformado, ampliados ou construídos em 2016 ainda não estão registrados no Sistema; c) Mesmo os imóveis que estão registrados carecem de nova avaliação; d) estão adotando providência para alinhar o sistema para operar conforme as diretrizes de contabilidade pública.

Dessa forma, a inconsistência apontada **representa não conformidade com as novas normas de contabilidade aplicada ao setor público - NBC-T 16.10- Resolução CFC 1.137/2008.**

2) Com relação dos registros contábeis no SIAFEM, observa-se inexatidão quanto aos materiais baixados da conta “Estoque”.

O Departamento Financeiro informa que foram feitos os lançamentos somente até 2º Quadrimestre de 2016.

3) Ainda ao que se refere aos registros contábeis, observou-se que a exemplo da UG 040101, encontra-se gravado na conta do Ativo Circulante 123210601- “Obras em Andamento”, o montante de **R\$-47.906.184,91** (quarenta e sete milhões, novecentos e seis mil, cento e oitenta e quatro reais e noventa e um centavos), quando, na realidade, o valor das obras



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
DIVISÃO DE AUDITORIA

TJPA, que estavam em andamento em 31 dezembro de 2016, era de aproximadamente **R\$-15.000.000,00** (quinze milhões de reais), devendo ser efetuado lançamento de transferência dos valores das obras concluídas para a conta contábil do Ativo Imobilizado- “123210103-Edifícios”.

- 4) Com relação aos bens móveis alienados, não registrados no Sistema, a informação obtida do Departamento Financeiro é a de que estes deixaram de ser lançados em razão da não implementação pela Secretaria de Estado da Fazenda-SEFA de evento no SIAFEM de 2016, para os devidos registros, de acordo declaração anexa.

A seguir, apresenta-se quadro com comparativo dos registros do Sistema SIAFEM x Sistema de patrimônio THEMA-ERP, demonstrando as inexatidões acima referidas, nas ênfases 1 e 4:

Quadro XV - Bens Móveis e Imóveis do TJPA (UG 040101 e 040102)

DESCRIÇÃO	BALANÇO (R\$)	INVENTÁRIO (R\$)	DIFERENÇA (R\$)
BENS MÓVEIS	164.396.409,45	67.842.779,45	79.073.976,78
BENS IMÓVEIS	108.230.426,20	105.122.789,46	27.138.348,00
BENS ADQUIRIDOS (MÓVEIS)	17.294.111,24	5.025.797,37	1.727.497,98
BENS ADQUIRIDOS (IMÓVEIS)	12.848.054,73	0	1.727.497,98
BENS BAIXADOS (MÓVEIS)	-	691.788,39	-2.779.720,51

Fonte: Business Objects- BO/2016 e SIAFEM/2016 e Informações THEMA.

4. DA ELABORAÇÃO DA CONCILIAÇÃO BANCÁRIA:

A conciliação bancária foi realizada, mês a mês, evidenciando tanto do saldo em banco e quanto em carteira (SIAFEM), caracterizando o correto procedimento.

5. DA ASSINATURA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS:

No período foram firmados 70 contratos, entre esses, 24 contratos de doação de bens inservíveis, conforme relação anexa.

6. DA CONCLUSÃO

Conforme disposições contidas na legislação expedida pelo Tribunal de Contas do Estado – TCE, que estabelece normas de organização e apresentação dos relatórios e processos de contas da



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
DIVISÃO DE AUDITORIA

Administração Pública Estadual foram examinados os atos de gestão referentes ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2016, dos agentes constantes do rol de responsáveis.

Os exames foram efetuados em consonância com as normas e técnicas de auditoria aplicadas ao setor público e contemplaram as seguintes medidas: 1. verificações quanto ao cumprimento das leis, normas e regulamentos aplicáveis às diversas áreas e atividades examinadas; 2. comprovações quanto à legitimidade dos documentos que deram origem às mencionadas peças e dos atos de gestão praticados; 3. análises quanto aos aspectos de economicidade, eficiência e eficácia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial; 4. aplicação de outros procedimentos julgados necessários no decorrer da auditoria, com o objetivo de manifestar a opinião sobre as contas aqui tratadas.

Adicionalmente, para conclusão das avaliações da gestão, foram consideradas, também, as atividades de acompanhamento da gestão realizadas pela Secretaria de Controle Interno, na forma de controle prévio e concomitante, durante o exercício sob análise.

O resultado apontou para uma gestão empenhada em reduzir fragilidades e riscos administrativos e preocupada em fortalecer institucionalmente a atuação das atividades de controle interno.

Assim, fundamentado neste relatório e nos exames levados a efeito, certificamos a **APROVAÇÃO DAS CONTAS.**

É o relatório.

Belém, 30 de março de 2017.

ELIANA CONCEIÇÃO VASQUES DA SILVA PEREIRA
Analista Judiciária / Contadora – CRCPA 6034

DEBORA MORAES GOMES
Secretária de Controle Interno- TJPA